



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Solicita ao Ministro da Educação, Camilo Santana, esclarecimentos sobre o novo Atlas Geográfico Escolar publicado neste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Camilo Santana, requerimento de informações a respeito do novo Atlas Geográfico Escolar publicado neste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contém erros no conteúdo referente à formação dos continentes.

Conforme informações divulgadas pela imprensa¹, a nova versão do Atlas Geográfico Escolar, distribuída pelo IBGE, apresentou diversos erros nos mapas que mostram a formação dos atuais continentes da Terra. Em particular, foram identificados equívocos na sequência dos mapas dos períodos Jurássico e Cretáceo, bem como informações incorretas sobre a idade e a duração dos períodos geológicos.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

1. Quantos e quais erros específicos foram identificados no Atlas Geográfico Escolar?

¹ <https://www.poder360.com.br/governo/ibge-de-lula-confunde-formacao-da-terra-em-70-milhoes-de-anos/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Quantos exemplares do Atlas Geográfico Escolar foram distribuídos até o momento?
3. Quem foi responsável pela revisão e aprovação final do conteúdo do Atlas? Quais providências foram tomadas para identificar esses erros inicialmente e evitar sua publicação?
4. Qual foi o custo total de produção e distribuição do Atlas Geográfico Escolar?
5. Quanto foi gasto em cada etapa do processo (produção, impressão, distribuição)?
6. Qual é o prazo previsto para a elaboração e distribuição da errata mencionada pelo IBGE? Quantos recursos adicionais serão necessários para a produção e distribuição da errata e dos novos exemplares corrigidos?
7. Quais serão os procedimentos adotados para corrigir os erros nos exemplares já distribuídos?
8. Qual será o custo estimado para a produção e distribuição das erratas e novos exemplares? Quem será responsabilizado pelo desperdício de recursos públicos ocasionado por esta falha?
9. Quais medidas estão sendo adotadas pelo Ministério da Educação para assegurar que os erros presentes no Atlas Geográfico Escolar não impactem negativamente o entendimento dos alunos sobre os temas incorretos?

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distribuiu a nova versão do Atlas Geográfico Escolar contendo falhas significativas nos mapas referentes à formação dos continentes. Especificamente, os mapas dos períodos Jurássico e Cretáceo foram trocados, além de apresentarem informações incorretas sobre a idade e a duração dos períodos geológicos. Estas inconsistências comprometem a qualidade e a confiabilidade do material educativo distribuído para as escolas públicas em todo o país.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Atlas Geográfico Escolar é uma ferramenta essencial no processo educativo das escolas públicas. Informações incorretas em seu conteúdo têm consequências significativas para a formação acadêmica de milhares de estudantes. É crucial compreender como essas falhas serão corrigidas e quais medidas serão tomadas para mitigar seu impacto no ensino.

Adicionalmente, deve-se considerar a ineficiência no uso de recursos públicos. A produção e distribuição de exemplares contendo falhas representam um desperdício de recursos públicos que deve ser investigado rigorosamente. Compreender o custo total envolvido na produção e distribuição do material incorreto, bem como os gastos adicionais necessários para a correção das falhas, é fundamental para garantir a responsabilidade fiscal e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Diante da gravidade dos fatos apresentados e da necessidade de assegurar a qualidade da educação e o uso eficiente dos recursos públicos, este requerimento tem o objetivo de obter respostas detalhadas e documentos que possam fornecer um entendimento completo sobre os procedimentos adotados, uso de recursos públicos e as medidas corretivas planejadas.

Por fim, considerando o dever do Parlamento em garantir a correta aplicação dos recursos públicos e assegurar que as políticas governamentais se alinhem ao interesse público, é indispensável que o Ministério da Educação forneça respostas claras e detalhadas às perguntas apresentadas neste requerimento de informações.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2024.

Deputado NIKOLAS FERREIRA
PL/MG



Câmara dos Deputados | 70100-970

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243949702300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

